


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 26 de setembro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo. O referido é verdade. Nada mais. Eu, ,Cristiane Marques Gomes Treviso, Assistente Judiciário, digitei.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1017026-87.2017.8.26.0037 -  
Classe - Assunto **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
Requerente: Elton Rodrigues da Silva e outro  
Requerido: Parque Avallon Incorporações Spe Ltda

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Heitor Luiz Ferreira do Amparo

Vistos.

ELTON RODRIGUES DA SILVA, qualificado nos autos, promove contra PARQUE AVALON INCORPORAÇÕES SPE LTDA. a presente ação ordinária alegando, em resumo, que adquiriu da requerida o imóvel que descreve; que lhe foi dito que seu imóvel possuiria "área real privativa descoberta"; que caixas de contenção/inspeção de esgotos e dejetos orgânicos foram instaladas em sua área privativa; que essas caixas necessitam de manutenção periódica; que o cenário é insalubre; que os fatos lhe causaram danos morais que devem ser pela requerida reparados. Pediu a procedência da ação para esses fins.

A requerida contestou a ação, aduzindo, preliminarmente, que a inicial é inepta. No mérito, sustentou que no memorial descrito consta a existência das caixas; que o autor teve a oportunidade de visitar o imóvel durante a construção; que o autor recebeu o imóvel sem qualquer reclamação; que o

**1017026-87.2017.8.26.0037 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

imóvel não está irregular; que cumpriu as normas da NBR; que o autor tinha conhecimento prévio da existência das caixas em seu imóvel; que o autor não sofreu danos morais reclamados. Pediu a improcedência da ação (págs. 47/72).

O autor manifestou-se sobre a contestação (págs. 144/151).

É o relatório.

Não havendo necessidade de produção de outras provas, passo a decidir.

A pretensão inicial é improcedente.

Com efeito, pretende o autor ser indenizado pelos danos morais que alega ter sofrido em face da colocação de caixas de contenção e inspeção na área privativa do seu imóvel.

Essa circunstância, por si, não permite o reconhecimento da responsabilidade da requerida pelo denunciado dano moral.

É certo, contudo, que poderia o autor buscar a rescisão do contrato, mas não alegar que os fatos lhe causaram danos morais.

Segundo o ensinamento de Sergio Cavalieri “mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exarcebadas estão fora da órbita do dano moral, porquanto além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-dia, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo (Programa de Responsabilidade Civil, pág. 78)”.

Nota-se, assim, que em função dos fatos contidos no pedido inicial e que o justificaram, não sofreu o autor dano moral, mas mero dissabor,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo  
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP  
Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

aborrecimento com os fatos que se sucederam circunstância, por si só, insuficiente para caracterizá-lo.

Nada existe a indenizar, portanto.

Diante do exposto, julgo improcedente a ação e condeno o autor no pagamento das custas processuais, e honorários de advogado de dez por cento sobre o valor dado à causa, satisfeitos na forma do art. 98, § 3º da lei processual civil.

Intime-se.

Araraquara, 26 de setembro de 2018

Heitor Luiz Ferreira do Amparo  
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA